



LUZONE
Legal

GERENCIAMENTO JURÍDICO DE CRISE

CRISIS LEGAL MANAGEMENT

INTRODUÇÃO

Como é observado na realidade econômica, os mercados obedecem a ciclos de crescimento e retração. Mesmo em situações normais, as empresas podem encontrar dificuldades pontuais em períodos de turbulência e caixa deficitário. Em tais ocasiões, várias situações conjuntas colocam em risco o bom andamento dos negócios, ocasionando débitos tributários, bancários, trabalhistas, dívidas com fornecedores, dentre outras dificuldades.

Em épocas de crise, as dificuldades se potencializam. Além dos problemas encontrados pela própria empresa, seus clientes também estão em dificuldades, aumentando inadimplência e agravando as perspectivas que já eram difíceis.

A situação de crise econômica desencadeia e agrava sérios problemas financeiros nas empresas, provocando dificuldades de manutenção do fluxo de caixa, necessidade de obter créditos junto a instituições financeiras, inadimplência no pagamento de tributos, e comprometimento da receita futura que dificulta o pagamento de fornecedores e colaboradores.

A ORIGEM DA CRISE

A crise surge de várias formas e o mais comum nesse cenário é a dificuldade de gestão por conta de variados passivos jurídicos. Nessa situação, os gestores ficam perdidos e não conseguem encontrar uma saída para o problema, embora existam formas lícitas de conter e até solucionar tais passivos.

A crise se manifesta com múltiplas vertentes, tais como dificuldade de fluxo de pagamentos, prejuízos, crescente desinteresse de herdeiros, fuga de colaboradores importantes, encarecimento do crédito, inscrição em cadastros de proteção ao crédito, protestos, execuções, penhoras de bens e de faturamento, diminuição dos negócios em larga escala, etc.

Tais dificuldades são oriundas de despesas inesperadas ou queda abrupta de receita, que acabam se tornando crônicas. Em alguns casos mais graves, as empresas permanecem no período de crise durante anos ou décadas, podendo tal situação consumir todo o patrimônio de investidores e sócios.

A ORIGEM DA CRISE

Por óbvio, as crises podem surgir em virtude de fatores internos da administração da empresa, mas questões externas também normalmente agravam os problemas.

Algumas delas são, dentre outras:

- OSCILAÇÕES NO MERCADO;
- SURGIMENTO DE NOVA CONCORRÊNCIA;
FALSIFICAÇÃO DE PRODUTOS;
- ACIDENTES;
- CATÁSTROFES NATURAIS;
- PANDEMIAS OU EPIDEMIAS QUE IMPACTAM
NEGÓCIOS;
- GUERRA, ANARQUIA OU REVOLUÇÃO CIVIL;
- CORRUPÇÃO GENERALIZADA;
- PERDA OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DE
CONTRATOS.

Com isso, a consequência é o surgimento de um passivo, que ocasiona transtornos que vão além da mera cobrança judicial dos débitos, pois acarretam ainda a inscrição em órgãos de restrição de crédito ou a impossibilidade de obtenção de certidões de regularidade fiscal necessárias para o desenvolvimento da atividade empresarial, dentre outros tantos problemas que podem comprometer as atividades normais dos negócios.

A SOLUÇÃO PARA A CRISE

Quando as despesas financeiras e os tributos em atraso se acumulam, somente um gerenciamento jurídico de crise é suficiente para permitir que o negócio volte à normalidade, preservando o patrimônio da empresa e dos sócios.

O gerenciamento jurídico de crise é implementado com a elaboração de um diagnóstico e a implementação de um plano de ação com estipulação de metas e objetivos para trazer à empresa fôlego para que possa passar o período de turbulência e voltar a crescer.

Com isso, a empresa consegue conviver com os passivos, já que planejamento realizado no gerenciamento jurídico de crise evita ou diminui os impactos negativos, permitindo vislumbrar uma futura solução dos entraves e passivos da empresa.

Para tanto, é importante a adoção de métodos externos de gestão de crise, como administração de situações precárias que demandem necessidade de atuações judiciais ou extrajudiciais com estratégias ordinárias e extraordinárias que resultem em soluções eficientes.

O QUE É O GERENCIAMENTO JURÍDICO DA CRISE?

O gerenciamento jurídico de crise é uma metodologia que tem por objetivo blindar a empresa de todas os problemas que possam causar impactos negativos, atingindo não somente a estrutura financeira, como a sua imagem no mercado.

O objetivo desse planejamento é desenvolver um conjunto de ações aptas a solucionar de forma eficiente as situações de desequilíbrio. Em sua maioria, as empresas acabam enfrentando consequências graves por não terem um planejamento antecipado e não se preparar para um eventual colapso de seus negócios.

Um processo de gerenciamento jurídico de crise normalmente é idealizado com as principais ações a serem adotadas para cada tipo de problema e seus respectivos responsáveis.

O objetivo central do gerenciamento jurídico de crise é a total transferência da administração do passivo para que as devidas medidas sejam tomadas, verificando a existência de ilegalidades praticadas através da adoção de medidas judiciais ou administrativas e formulação de acordos extrajudiciais ou judiciais.

PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE CRISE

O mais importante no gerenciamento jurídico de crise é a proteção da empresa e do patrimônio dos sócios. Em busca disso, é implementado um Plano de Gerenciamento Jurídico de Crise, que oferece à empresa a possibilidade de atuação em várias frentes para diminuição dos impactos lesivos à empresa:

- 1 - Gestão de Crise;
- 2 - Gestão de passivo tributário;
- 3 - Gestão de passivo trabalhista;
- 4 - Gestão de passivo civil;
- 5 - Proteção jurídica da empresa.

O foco desse tipo de análise é administrar o passivo, ou seja, os débitos existentes, junto a instituições financeiras, fazendas públicas e credores em geral, mediante a análise de contratos, produção de defesas técnicas, e quando necessário o ajuizamento de medidas judiciais e acordos com os credores.

PANORAMA DO GERENCIAMENTO DE CRISE

O foco do gerenciamento jurídico de crise é diminuir a pressão de credores sobre a empresa e ao mesmo tempo conseguir tempo para que os sócios possam obter meios de superar os desafios do mercado.

Assim como na gestão administrativa ocorre o corte de custos, renegociações de dívidas e reestruturação do negócio, o gerenciamento jurídico de crise é adotado com a tomada de uma série de decisões, nas quais o conhecimento do ambiente, das alternativas, e dos riscos associados podem ser o diferencial entre o sucesso ou o fracasso.

Nesse cenário, o gerenciamento jurídico de crise vem ganhando cada vez mais destaque na atividade empresarial como uma alternativa eficaz para se manter competitivo ou até mesmo garantir a sobrevivência do negócio no curto, médio e longo prazos.

COMO REALIZAR UM GERENCIAMENTO LEGAL DE CRISE EFICAZ?

O primeiro passo para um gerenciamento jurídico de crise eficaz é adotar mecanismos de monitoramento da atuação empresarial e dos passivos existentes. Isso vai garantir que a organização esteja preparada para enfrentar os momentos críticos e agir de forma rápida, a fim de que sua reputação e lucratividade sejam abaladas o mínimo possível.

Entre outros tópicos, um bom plano de gerenciamento jurídico de crise deve contemplar a preservação da continuidade do negócio e medidas jurídicas para que as atividades não sejam totalmente interrompidas, pois isso afeta a capacidade de pagamento dos débitos da empresa.

A eficiência de cada medida judicial ou extrajudicial adotada depende da transparência de dados em tempo real, sem que nenhum deles seja distorcido. Assim, fica mais fácil identificar falhas e os melhores caminhos para a sobrevivência do negócio.

COMO REALIZAR UM GERENCIAMENTO LEGAL DE CRISE EFICAZ?

É importante considerar que mesmo os momentos críticos podem trazer grandes ensinamentos. Superados os desafios, o gestor deve continuar trabalhando em prol da segurança jurídica de seu negócio, traçando diferentes estratégias e mensurando resultados.

Dentre as medidas práticas que podem ser implementadas separadamente ou em conjunto, que propiciam a reversão do passivo, sua redução, ou sua paralização de forma a possibilitar o regular exercício empresarial, estão:

- Estruturação de dívidas e negociação com entidades financeiras;
- Planos de recuperação junto a credores;
- Transação de ativos e gestão jurídica estratégica;
- Desenvolvimento de estruturas jurídicas;
- Notificações extrajudiciais a credores;
- Ações revisionais de cláusulas contratuais;
- Mediação com credores;
- Ações judiciais com pedido de liminar;
- Pedido de recuperação judicial;
- Elaboração de termos de acordos;

COMO REALIZAR UM GERENCIAMENTO LEGAL DE CRISE EFICAZ?

- Defesa de execuções fiscais e ações trabalhistas;
- Atuação trabalhista para quitação escalonada de passivos;
- Proteção patrimonial;
- Análise e planejamento tributário, visando a redução de custos;
- Ações judiciais para redução e recuperação de tributos pagos a maior;
- Parcelamentos tributários e apoio consultivo à contabilidade;
- Estudo de incentivos fiscais aplicáveis à empresa;
- Discussão judicial de dívidas e contratos bancários;
- Negociação com credores;
- Cobrança e recuperação de créditos inadimplidos;
- Atuação judicial para redução de custos derivados de problemas com clientes e consumidores;
- Propositura de medidas judiciais para postergação de pagamento aos credores;
- Propositura de recursos judiciais cabíveis para trazer fôlego à empresa;
- Reestruturação jurídica e societária da empresa;

CONCLUSÃO

O gerenciamento jurídico de crise é uma medida extremamente indispensável para o sucesso de qualquer tipo de empreendimento, independentemente do seu tamanho ou da sua área de atuação.

Qualquer negócio pode enfrentar momentos críticos, e a diferença para sair mais rápido deles está justamente na preparação e na antecipação de riscos.

As empresas não nascem prontas para lidar com todos os desafios, mas com a expertise dos profissionais corretos, torna-se mais fácil contornar os obstáculos.

As ferramentas jurídicas apontadas acima são fundamentais para a sobrevivência da empresa nesses períodos de crise, e podem ser implementadas por meio de uma assessoria interdisciplinar focada no planejamento da transição à normalidade dos negócios.

O objetivo deve ser sempre salvar o negócio, amortecer o impacto de crises, suas consequências e riscos, além de deixar a empresa ainda mais forte para as crises futuras que possam surgir.